

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

Relatório de Autoavaliação Institucional

Campus Teresina Zona Sul
Ciclo Avaliativo
2017

SINAES – Lei no 10.861, de 14 de abril

CPA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Campus Teresina Zona Sul
Ciclo 2017**

Comissão Própria de Avaliação – CPA/IFPI

Teresina Zona Sul, 11 de janeiro de 2018

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Paulo Henrique Gomes de Lima
REITOR

Laura Maria Andrade de Sousa
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Antônio de Pádua Alves Pinto
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

José Luís de Oliveira e Silva
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Paulo Borges da Cunha
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Francisca Assunção Almeida Félix
DIRETORA GERAL DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL

Nara Neide Lucas dos Santos
DIRETORA DE ENSINO DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/IFPI
Comissão Central

Coordenação

Antônio Alves de Carvalho Júnior

Membros

Docentes

Diego Mendes Pinheiro Costa
Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda (Suplente)
Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima (Suplente)

Técnicos Administrativos

Kennya Martins de Melo Sousa Cunha
Mércia Ribeiro de Sousa

Discentes

Fernando Juliano Santos
Fernando Robério Santos de Sousa (Suplente)

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Almerinda Alves da Silva
Josivaldo de Sousa Martins (Suplente)

Procuradoria Institucional

Diego Mendes Pinheiro Costa

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/IFPI
Comissão Local do Campus Teresina Zona Sul

Membros

Docentes

Edna Maria dos Santos Silva
Karen Crisitna de Barros Santos
Francisco Eudes do Amaral (Suplente)
Maria Lima de Santana (Suplente)

Técnicos Administrativos

Sônia Oliveira Matos Moutinho
Thais Mesquita MArtins Alencar (Suplente)

Discentes

Ana Delza Ibiapina
Telma Maria Leal de Sousa (Suplente)

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Luis Fernandes Bbatista Júnior
Ingrid Joyce Vasconcelos Alencar (Suplente)

SUMÁRIO

1	DADOS DO CAMPUS.....	7
2	ATOS REGULATÓRIOS.....	8
2.1	Institucional.....	8
	Ato Regulatório: Credenciamento.....	8
	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo.....	8
	Tipo de Documento: Lei Federal.....	8
	Nº do documento: 11.892.....	8
	Data do documento: 29/12/2008.....	8
	Data de publicação: 30/12/2008.....	8
2.2	Campus.....	8
3	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
3.1	O Campus Teresina Zona Sul (CATZS).....	9
3.2	Localização.....	11
3.3	Servidores e alunos.....	13
3.4	Estrutura física.....	14
3.5	Cursos Superiores ofertados.....	15
3.6	Justificativa da oferta dos cursos superiores.....	16
3.6.1	Curso Licenciatura em Informática.....	16
3.6.2	Curso de Tecnologia em Gastronomia.....	17
3.6.3	Curso Superior Tecnológico em Design de Moda.....	19
4	METODOLOGIA.....	21
4.1	Procedimentos Metodológicos do Processo de Autoavaliação.....	21
5	DESENVOLVIMENTO.....	24
5.1	ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DISCENTE.....	25
5.1.1	EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	25
5.1.2	EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	26
5.1.3	EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	28
5.1.4	EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO.....	31
5.1.5	EIXO 5 - INFRAESTRUTURA.....	32
5.2	ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DOCENTE.....	33

5.2.1	EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	33
5.2.2	EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	34
5.2.3	EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	36
5.2.4	EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO	39
5.2.5	EIXO 5 - INFRAESTRUTURA	41
5.3	ANÁLISE DOS INDICADORES SEGMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	42
5.3.1	EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	42
5.3.2	EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	43
5.3.3	EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	45
5.3.4	EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO	48
5.3.5	EIXO 5 - INFRAESTRUTURA	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

1 DADOS DO CAMPUS

Nome da IES:	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí
Sigla:	IFPI
Código:	1820
Mantenedora:	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí
CNPJ:	10.806.496/0001-49
Natureza Jurídica:	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal
Organização Acadêmica:	Instituto
Categoria Administrativa:	Pública Federal
Dirigente (Reitor):	Paulo Henrique Gomes de Lima
Endereço da Sede:	Avenida Jânio Quadros, 330, 64053-390, Santa Isabel, Teresina (PI)
Telefone:	86 – 3131 1400
E-mail:	reitoria@ifpi.edu.br
Sítio eletrônico:	www.ifpi.edu.br
Nome do Campus:	Teresina Zona Sul
Diretor Geral:	Francisca Assunção Almeida Félix
Endereço do Campus:	Avenida Pedro Freitas, 1020, São Pedro, Teresina (PI), 64.018-000
Telefone:	(86)3131-4802
Sítio Eletrônico do Campus:	www.ifpi.edu.br/teresinazonasul
CNPJ:	10.806.496/0002-20
Cursos Superiores:	Licenciatura em Informática Tecnológico em Gastronomia Tecnológico em Design de Moda

2 ATOS REGULATÓRIOS

2.1 Institucional

Ato Regulatório: Credenciamento

Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Tipo de Documento: Lei Federal

Nº do documento: 11.892

Data do documento: 29/12/2008

Data de publicação: 30/12/2008

Ato Regulatório: Recredenciamento

Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Tipo de documento: Portaria

No. Documento: Portaria 1749 de 20/12/2016.

Data do Documento: 20/12/2016

Data de Publicação: 21/12/2016

2.2 Campus

Portaria de Criação: PORTARIA MEC Nº 04, DE 06 DE JANEIRO DE 2009, PUBLICADA NO DOU DE 07 DE JANEIRO DE 2009.

3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1 O Campus Teresina Zona Sul (CATZS)

O Campus Teresina Zona Sul foi criado em 2007, como uma Unidade Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), durante a segunda fase de Expansão da Rede Federal de Educação do Piauí, com a cessão das instalações do Centro Tecnológico de Teresina – CTT, construído pela Prefeitura Municipal de Teresina, doado por meio da Lei Municipal nº 3.888, de 16 de julho de 2009, que desafeta e autoriza a alienação, a título de doação do bem imóvel municipal ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET/PI, atual Instituto Federal do Piauí - IFPI. O CTT passou a ser chamado de Unidade de Ensino Descentralizada (UNED - TERESINA). A partir da Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais, e teve sua nomenclatura alterada para Campus Teresina Zona Sul.

No dia 11 de fevereiro de 2008 deu-se início às atividades de ensino, com a oferta dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Edificações, Vestuário e Saneamento (na modalidade integrada); Edificações, Vestuário e Estradas (nas modalidades concomitante e subsequente). No segundo semestre do mesmo ano, foi ofertado o curso Técnico Integrado em Cozinha, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 2009, foram criados os Cursos Técnicos Concomitante/Subsequentes em Panificação e Cozinha. Consequente no ano de 2011, foi ofertado à comunidade o primeiro curso de pós-graduação lato sensu em “Docência da Educação Profissional”, e o curso Superior de Tecnologia em Gastronomia.

No ano de 2012 teve a implantação de mais um curso Superior o de Licenciatura em Informática e ainda no decorrente ano, também foram ofertados os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Além do Programa

CERTIFIC (2010) e Mulheres Mil (2011), o Campus por meio do Programa PRONATEC iniciou a oferta de cursos FIC e Técnico concomitante.

Em 2013, foi ofertado o curso de Especialização em Alimentos e Gastronomia, bem como os cursos na modalidade EAD (Técnico em Informática para Internet, Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Eventos, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Logística) e os Cursos do Profuncionário, na modalidade EAD (Técnico em Secretariado, Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Biblioteca e Técnico em Administração Escolar).

Em 2014, foi implantado o Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR, com o Curso de Licenciatura em Informática.

Em 2015, ampliou-se os cursos na modalidade EAD, entre eles o de Técnico em Serviços Jurídicos. No ano de 2017, o campus Teresina Zona Sul teve a expansão de dois novos cursos: o superior de Tecnologia em Design de Moda e o Técnico em Nutrição e Dietética.

Atualmente (2017), o campus possui 1.117 alunos matriculados, 94 docentes efetivos, 08 docentes substitutos e 66 técnico-administrativos.

Por meio do Edital Nº 26, de 8 de outubro de 2007, foi realizado o 1º Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de cargos de Professor de 1º e 2º Graus, com o objetivo de preencher o Quadro de Pessoal do Campus Teresina Zona Sul, com vagas destinadas ao curso de Técnico em Vestuário.

O IFPI - Campus Teresina Zona Sul (CATZS) tem como missão promover a formação de cidadãos capacitados e competentes para atuarem em várias habilitações profissionais, em pesquisas científicas e na difusão de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país, conforme encontra-se definida na Organização Didática do IFPI.

3.2 Localização

Quanto à sua localização, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o município de Teresina (PI) possui atualmente uma população de 814.230 habitantes.

O Campus Teresina Zona Sul localiza-se no Bairro Vermelha, na Zona Sul de Teresina. O bairro ocupa uma área de 127 ha. Segundo o Censo de 2010, o bairro possui 5.659 habitantes, sendo 3.169 do sexo feminino e 2.490 do sexo masculino, ocupando a 52ª posição em termos de população relativa teresinense. Em 1990, a população era de 8.001 habitantes, e até 2010 houve uma diminuição constante desse contingente (SEMPPLAN, 2014; BRASIL, 2010). O Bairro Vermelha está entre os mais antigos de Teresina, e por isso revela muito das tradições da cultura teresinense (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com os registros históricos, o solo da área do bairro é formado por um tipo de barro vermelho, por isso a ocupação inicial chamou-se “Quinta Vermelha”: a “quinta do Sr. Laurindo Veloso”, o mais antigo morador do lugar.



Figura 1: Foto de satélite do bairro Vermelha
Fonte: Google Mapas (2017)

O Bairro Vermelha tem uma localização ribeirinha, porque está quase à margem do Rio Parnaíba, distante a poucos minutos do centro da cidade.

Segundo dados do Censo (2010), 67% dos domicílios do bairro são próprios, 26% são alugados e 7% são cedidos. A água de 100% dos domicílios é abastecida pelo sistema público geral. No que se refere ao saneamento básico no bairro, há apenas 7% de rede de esgoto sanitário, 62% possuem fossa séptica e 31% possuem fossa rudimentar. Todos os domicílios ocupados no bairro possuem fornecimento de energia elétrica e coleta de lixo (SEMPLAN, 2014; IBGE, 2010).

Há no bairro apenas um Posto de Saúde (Vermelha), o que provoca grandes queixas dos moradores, em relação à satisfação no atendimento. Possui três unidades de Assistência Social: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS IV), a Casa de Zabelê e o Conselho Tutelar III (SEMTCAS, 2014).

Em relação aos estabelecimentos de Ensino, o bairro possui redes de Ensino Federal (Instituto Federal do Piauí - IFPI), Estadual (U. E. Paulo Ferraz, U. E. Anísio Teixeira e U. E. Gabriel Ferreira), Municipal (U. E. Teresinha Nunes) e Privado (Colégio Cenecista “Popular” de Teresina e Escola Educacional São Raimundo). 57% da população feminina e 43% da masculina é alfabetizada em todo o bairro.

Possui um campo de futebol, um mercado, denominado de “Laurindo Veloso”, também conhecido por “Mercado da Vermelha”, um Parque Municipal (Parnaíba I), que se localiza à margem direita do rio Parnaíba, na Avenida Maranhão, com uma área de 12 hectares de extensão, entre as Avenidas Joaquim Ribeiro e Getúlio Vargas, estendendo-se por três quilômetros de comprimento, entre a Avenida Maranhão e o Rio Parnaíba. É um espaço aberto à visitação da população, para a prática de Cooper e para a ginástica. Na área próximo ao Centro Administrativo, parte desse parque foi revitalizada, com a implantação da “Bio C”, que são museus vivos e que possuem espécies dos principais biomas do estado do Piauí.

O Bairro Vermelha possui uma Igreja Católica, a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, caracterizando-se em destaque esse templo pelo fato de contar

com portas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (OLIVEIRA, 2010).

Possui duas praças: Nossa Senhora de Lourdes I e Nossa Senhora de Lourdes II. No bairro localiza-se também o 3º Distrito Policial, instrumento de segurança que, aparentemente, não tem sido suficiente para controlar os inúmeros episódios de violência urbana que ali tem se manifestado, pois o bairro tem travado uma longa luta contra o tráfico de drogas e contra as ações de gangues.

O bairro é cortado pelas seguintes vias: Av. Joaquim Ribeiro, Av. Barão de Gurguéia, Av. Maranhão, Av. Pedro Freitas, Av. Nações Unidas, Rua Sete de Setembro, Rua David Caldas e Rua Murilo Braga.

Encontram-se no bairro diversas atividades empresariais, como comércio, serviços, indústrias, construção civil, agropecuária e outras, totalizando 983 empresas.

Há algumas empresas de transporte coletivo que operam no mesmo. No entanto, alguns setores são pouco atendidos, principalmente nas avenidas de menor circulação, como a Av. Pedro Freitas. Além disso, os moradores reclamam da qualidade do transporte público que atua no bairro.

O CATZS, que tem a localização no bairro Vermelha, atende a alunos e profissionais de diferentes bairros e até mesmo de outros municípios e estados do Brasil.

3.3 Servidores e alunos

Atualmente (2017), o CATZS possui 160 servidores efetivos: 96 professores e 64 técnicos administrativos. Há ainda 11 professores substitutos. Todo esse conjunto é destinado ao atendimento das necessidades de trabalho junto ao efetivo de 1.171 alunos, matriculados na modalidade de ensino na forma presencial.

3.4 Estrutura física

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA FÍSICA (M2)
Auditório	-	-
Refeitório com cozinha	01	328,46
Banheiros	15	160,65
Salas administrativas	24	334,34
Salas para coordenação de curso	09	107,85
Salas para estudos de professores	01	38,130
Quadra Poliesportiva	01	1.532,90
Biblioteca	01	187,99
Vestuário	02	67,22
Estacionamento	66	2.371,00
Guarita	01	5,88
Laboratório de informática	03	208,26
Laboratório de desenho	01	77,76
Laboratório de mecânica dos solos	01	48,85
Laboratório de saneamento	01	42,92
Laboratório de estamperia	01	42,09
Laboratório de topografia	01	39,66
Laboratório de línguas	01	40,14
Laboratório de costura	01	66,55
Laboratório de modelagem	01	74,43
Laboratório de alimentos	01	66,15
Laboratório de panificação	01	66,15
Laboratório de cozinha	01	82,84
Canteiro de Obras	01	79,00
LIFE	01	25,00

3.5 Cursos Superiores ofertados

A seguir apresentamos os Cursos superiores ofertados no IFPI, pelo Campus Teresina Zona Sul:

LICENCIATURA EM INFORMÁTICA

Autorização: Portaria RES. Nº 17/2011

Data da Autorização: 21/10/2011

Reconhecimento: Portaria Nº 1037 de 23/12/2015.

Data de Publicação D.O.U: 23/12/2015

Coordenador: Francisca Ocilma Mendes Monteiro

Ano de Implantação: 2013

Indicadores:

CC: 4 Ano: 2015

TECNOLÓGICO EM GASTRONOMIA

Autorização: Portaria RES. Nº 28/2010

Data da Autorização: 15/09/2010

Reconhecimento: Portaria Nº 311 de 28/04/2015.

Data de Publicação D.O.U: 29/04/2015

Renovação de Reconhecimento: Portaria Nº 271 de 03/04/2017.

Data de Publicação D.O.U: 04/04/2017

Coordenador: Paulo Ronaldo Sousa Teixeira

Ano de Implantação: 2011

Indicadores:

CC: 4 Ano: 2014 CPC: 3 Ano: 2015 ENADE: 3 Ano: 2015

TECNOLÓGICO EM DESIGN DE MODA

Autorização: Portaria RES. Nº 108/2016

Data da Autorização: 17/10/2016

Reconhecimento: Reconhecimento em andamento

Coordenador: Nelymar Goncalves Do Nascimento

Ano de Implantação: 2017

Indicadores:

Curso sem Indicadores

Legenda:

CC – Conceito de Curso

CPC – Conceito Preliminar de Curso

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Obs: Cursos Novos ainda em processo de reconhecimento, não possuem indicadores.

3.6 Justificativa da oferta dos cursos superiores

3.6.1 Curso Licenciatura em Informática

A implantação do Curso Licenciatura em Informática, no Campus Teresina Zona Sul, no ano de 2013, segundo o Projeto Político Pedagógico do curso, deu-se devido ao mundo globalizado a que se assiste hoje, onde faz-se necessário a transformação da escola, sendo imprescindível o esforço para a formação de docentes com um perfil que atenda as novas exigências decorrentes das mudanças paradigmáticas e da historicidade características dessa sociedade atual.

Portanto, para o curso, advoga-se uma proposta inovadora de formação de professores na área de Informática para atuarem na educação básica, tendo em vista tirar da escola o ensino puramente acadêmico e colocá-la como um centro transformador das práticas sociais que poderá levar o aluno a habilitar-se ao mercado de trabalho e à vida cidadã.

A área de Informática é estratégica em todos os países. Ela permeia todas as atividades humanas, das artes às tecnologias, e não se pode imaginar uma sociedade moderna sem computador. Além disso, a aceleração do processo de desenvolvimento de um país depende do quanto a Informática está presente. Não é, pois, sem razão que os países mais desenvolvidos do mundo lideram o desenvolvimento e as aplicações das tecnologias de informação. No Brasil, a taxa de crescimento do desenvolvimento de cada estado depende do fortalecimento das políticas estaduais em relação à área de Informática e suas tecnologias.

Face à demanda de recursos humanos na área de Informática, associado à carência de produção de conhecimento contextualizado nas

regiões norte e nordeste, particularmente no Estado do Piauí, visto que não há nas redes públicas de ensino estadual e municipal, do nosso estado, docentes do quadro efetivo de pessoal com essa formação. Sendo assim, faz-se necessário o investimento na formação de professores com essa licenciatura para responder às questões propostas pela sociedade com relação à melhoria da qualidade do ensino na Educação básica e tecnológica.

3.6.2 Curso de Tecnologia em Gastronomia

A implantação do Curso de Tecnologia em Gastronomia, conforme consta no Projeto Político Pedagógico do curso, tem como propósito, integrar a ciência e a tecnologia ao desenvolvimento de aptidões, para aplicá-las no mercado de trabalho, estimulando principalmente o espírito crítico e uma permanente vontade de aperfeiçoamento.

O Curso destaca-se no estudo/pesquisa e informações e depoimentos de pessoas na microrregião de Teresina, além de dados do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Piauí, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado do Piauí (ABIH). É preciso ponderar, entretanto, que não foi possível coletar informações significativas nestes locais, pois não existia até o momento da pesquisa, abril/maio de 2010 nenhum dado sistematizado.

As empresas estabelecidas na região sentem os reflexos da precariedade de profissional qualificado em particular no setor de alimentação. No âmbito da Gastronomia, percebe-se o interesse social bastante significativo em relação ao entendimento da alimentação e de sua repercussão na saúde dos indivíduos, dos hábitos alimentares constituídos e de suas modificações e preservação da tradição culinária local e da importância da alimentação do ponto de vista social e econômico. Como integrante de hospitalidade, as áreas de atuação são amplas e a demanda por profissionais qualificados é significativa. A atuação do gastrônomo ultrapassa os campos de chefe de

cozinha, **mâitre e sommelier**, ocupando também o espaço de gestão e **bares, restaurantes e buffets e hotéis**.

A Gastronomia atualmente é considerada como a nova fronteira para a competitividade empresarial visto que as empresas ou serviços de alimentação ganham concorrência à medida que são capazes de oferecer um produto de qualidade para seus clientes.

Uma outra razão para a implantação do curso é que, alimentação, fora do lar hoje representa quase um milhão de empresas entre bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, escolas, hospitais entre outros. A distância entre os locais de trabalho e moradia faz com que o homem faça pelo menos uma refeição diária fora de casa, gerando só no Brasil mais de 14 milhões de refeições/dia, absorve 26% do total de gastos com alimentação do povo brasileiro. Convém destacar que o setor gastronômico fatura o equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e é responsável por 8% dos empregos diretos no país, o que representa quase 6 (seis) milhões de pessoas.

Segundo Maricato (2002), o setor de alimentação é, ao lado da construção civil, o que mais gera emprego no país. Nos grandes centros urbanos, bares e restaurantes são uma das principais opções de lazer da população. No turismo, o segmento é responsável por 40% do PIB e por 53% da mão-de-obra empregada e é também um dos grandes promotores do desenvolvimento social e, talvez, a única atividade econômica presente em cada um dos municípios brasileiros.

O mercado de “food service”, ou alimentação fora do lar, oferece ao Brasil a possibilidade de encontrar uma nova rota de desenvolvimento, além de empregar em grande escala, é o que mais promove ascensão sócioeconômica, necessitando atender a uma demanda crescente, cada vez mais diversificada.

O mercado de alimentação exige pessoas qualificadas visto que os bares e restaurantes precisam evoluir para suprir as necessidades de um público cada vez mais diversificado e que tem exigências diversas. São idosos, diabéticos, pessoas com restrições ao glúten e outras particularidades, que requerem uma maior especialização dos profissionais e a flexibilização dos

cardápios. Há também uma expansão significativa do turismo, a exigir variedade, qualidade e até maior glamour dos estabelecimentos e dos produtos oferecidos.

Ressalta-se ainda, que a implantação do Curso Superior de Gastronomia do IFPI/Campus Teresina Zona Sul vem fortalecer o compromisso da instituição em formar profissionais competentes em áreas que se mostrem comprovadamente como estratégias para o desenvolvimento do Estado do Piauí, contribuindo significativamente para expansão e melhorias da política institucional na área tecnológica do curso, principalmente no que se refere à infra-estrutura física e de recursos humanos disponíveis.

Diante deste cenário, o IFPI *Campus Teresina Zona Sul* acreditou na importância desse novo comprometido na formação de um profissional com senso crítico, competentes e profissionais habilitados para decidir e saber utilizar as inovações tecnológicas, que favorecerão sua inclusão no mundo do trabalho.

3.6.3 Curso Superior Tecnológico em Design de Moda

No que se refere à implantação do Curso Superior Tecnológico em Design de Moda, segundo o Projeto Político Pedagógico do curso, justifica-se pelo fato de que a indústria da moda no Brasil, mais especificamente a do vestuário, tem passado por grandes transformações desde os anos 1990 e deu um enorme salto qualitativo como consequência da modernização do seu parque industrial e do aperfeiçoamento tecnológico, tornando o Brasil hoje uma das vitrines do mundo no setor (BRAGA, 2005). Nesse sentido, estas mudanças demandam novas formas de aprendizagem para os profissionais deste milênio, o que requer das instituições formadoras novas exigências no processo de ensinar e desenvolver o conhecimento. A partir disto, nota-se a necessidade de oportunizar a estes profissionais, aprendizagens que lhes

possibilitem lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, bem como compreender o mundo e inserir-se nele, enquanto profissionais e cidadãos.

Segundo dados da ABRAVEST (Associação Brasileira do Vestuário), o setor da indústria têxtil e do vestuário geram no Brasil 1.215.902 empregos diretos e 5.600.000 empregos indiretos. A produção anual de peças de vestuário no Brasil gira em torno de 6 bilhões ao ano, totalizando um valor de faturamento de 45 bilhões de dólares. No Piauí, o Sindicato do Vestuário, Calçados e Acessórios do Piauí – SINDVEST PI apresenta um levantamento empírico sobre o cenário atual, informando que há o total de 1.147 indústrias, movimentando mais de R\$ 250 milhões ao ano, gerando 18mil postos de trabalho. Teresina acumula a maior parte das indústrias de vestuário do Estado e as cidades de Piripiri, Campo Maior e Parnaíba, que também são destaque no setor, completam este número.

Diante do potencial industrial existente em Teresina e municípios vizinha, o levantamento empírico do SINDEVEST apontou a necessidade de os poderes públicos investirem mais no setor da indústria têxtil e de Vestuário, tanto em Teresina como no restante do Estado. Para tanto, percebeu-se a importância no investimento em novas ofertas de cursos que proporcionem, além dos conhecimentos teóricos, as práticas necessárias para a construção do saber. Portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul está pautado na demanda do mercado local e potencial já existente no estado do Piauí, no que se refere à indústria de confecção do vestuário.

A partir dessa leitura de potencialidades e necessidades da área, o IFPI, uma Instituição pioneira na formação e qualificação de profissionais, abraça esse eixo tecnológico, oferecendo uma formação profissional capaz de atender às necessidades do processo produtivo local e regional. O Curso Superior de Design de Moda pretende oportunizar uma sólida e ampla formação no âmbito profissional e humano, com domínio de técnicas, autonomia intelectual, pensamento crítico, espírito empreendedor, formação cultural, artística e histórica, na perspectiva de uma formação integral, capaz de atuar como

agente de transformação social e de demandas específicas, visando a emancipação, inclusão e transformação da sociedade em nível local e/ou regional.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológico de nossa autoavaliação foram os mesmos adotados em todos os campi, sob orientação da CPA Central, ao qual se fundamentou em aspectos qualitativo e quantitativo. Abaixo, temos uma descrição sucinta do que foi realizado, dentro da perspectiva dos campi, na medida em que as novas comissões iam tomando posse.

4.1 Procedimentos Metodológicos do Processo de Autoavaliação

1ª Etapa: ANÁLISE DAS QUESTÕES PARA UMA NOVA APLICAÇÃO

Quanto aos questionários, adotou-se como modelo o instrumento de avaliação externa do INEP, que agrega questões objetos de avaliação pelos cinco eixos, distribuindo-se as dez dimensões, como previsto no art. 3º da Lei Nº 10.861/2004 - Lei do SINAES. Feita a definição do instrumental de avaliação e da forma de acesso da comunidade pela CPA Central, seguiram-se a pesquisa e análise dos documentos da Instituição (PDI, Regimento Interno, Organização Didática, PPC, Relatórios MEC e Institucionais, Censo), elaboração/reformulação das questões e distribuição das dimensões pelos eixos (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 de 2014):

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

- Dimensão 8: Planejamento e Avaliação**

- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

- Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: Infraestrutura Física

2ª Etapa: SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Enquanto a CPA Central atuava na divulgação do processo de autoavaliação junto ao sitio eletrônico do IFPI, a CPA Local buscava a sensibilização da comunidade acadêmica no processo da auto-avaliação institucional, lembrando a todos da importância da participação no processo avaliativo através dos questionários online. Vale ressaltar, que foram realizadas reuniões com as coordenações de cursos e professores, com o objetivo de melhorar a participação da comunidade acadêmica no processo de auto conhecimento do campus, além de cartazes, banners e visitas a salas de aulas com o intuito de dirimir dúvidas acerca da avaliação institucional.

3ª Etapa: DISPONIBILIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Os questionários de autoavaliação do IFPI forma disponibilizados a partir do dia 21 de novembro de 2017 até o dia 20 de dezembro de 2017, no Sistema Acadêmico Q-acadêmico ou Google Forms para Estudantes do Ensino

Superior (Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias) e no Sistema SUAP para docentes e técnicos administrativos.

4ª Etapa: ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS PELA CPA LOCAL.

A CPA Central tabulou os dados, e estes foram enviados em forma de minuta de Relatório para a CPA Local do Campus Angical para serem feitas as análises e sugestões. Concluída as análises e sugestões, a CPA Local elaborou seu relatório de autoavaliação local.

5ª Etapa: RELATÓRIO LOCAL CONCLUÍDO

Apresentação do relatório à comunidade acadêmica

Encaminhamento do Relatório Local para a CPA Central para publicação no sitio eletrônico do IFPI e elaboração do relatório institucional. Ressaltamos que o relatório local será integrado ao relatório geral confeccionado pela CPA Central.

6ª Etapa: DIVULGAÇÃO À COMUNIDADE LOCAL

A divulgação é parte integrante do processo de avaliação interna, que visa tornar público os resultados alcançados. Logo, foi utilizado um processo semelhante ao da sensibilização, informando a comunidade acadêmica o local eletrônico em que o relatório está disponível. Nos próximos meses estaremos indo as coordenações, bem como a reuniões com professores e técnicos, com a finalidade de apresentar o relatório que fora produzido acerca do campus. Esperamos que com a divulgação do relatório, esse venha a propiciar oportunidades para que as ações concretas para melhores das práticas e investimentos em nosso campus. Os Relatórios elaborados pela CPA Central ficam sempre disponíveis na sitio do IFPI destinado a CPA.

5 DESENVOLVIMENTO

Abaixo, encontraremos os dados e informações referentes a cada eixo e dimensão do processo avaliativo. Lembramos que as informações agora prestadas contemplam os cinco eixos, os quais estão distribuídas as 10 dimensões que foram avaliadas pela comunidade acadêmica, como prevê o art. 3º da Lei Nº 10.861/2004 - Lei do SINAES. Contudo, apresentaremos antes, um quadro com os dados quantitativos da participação dos segmentos envolvidos nessa avaliação.

Quando olhamos esses números, enquanto amostra por segmentos, podemos considerar baixa a participação dos técnicos administrativos, atingindo 33%. Quanto à participação docente, consideramos muito baixa, atingido 26%. Quanto ao segmento discente, consideramos boa, atingindo 53%. Para os casos que consideramos insuficientes, precisamos melhorar nossa comunicação e rever nossos procedimentos, investigando os motivos desse índice baixo, analisando inclusive a ferramenta de coleta de dados para esse campus, a fim de melhoramos o envolvimento desse segmento no processo de auto avaliação institucional.

Quadro 1 – Indicadores Quantitativos de Participantes da Avaliação

CAMPUS	TAES			DOCENTES			DISCENTES		
	T	P	%	T	P	%	T	P	%
Teresina Zona Sul	66	22	33%	97	25	26%	193	102	53%

T- Total do segmento

P- Participaram

Os dados abaixo se constituem de coletas, adquiridas no questionário online nos Sistemas SUAP para Técnicos Administrativos em Educação e Docentes e no Sistema Q-Acadêmico para os discentes do ensino superior. Disponibilizado a todos os segmentos da instituição.

5.1 ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DISCENTE

5.1.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

5.1.1.1 Dimensões 1.1. Planejamento e Avaliação e 1.2. Processo avaliativo interno e externo em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 1.3. Comissão Própria de Avaliação (CPA).

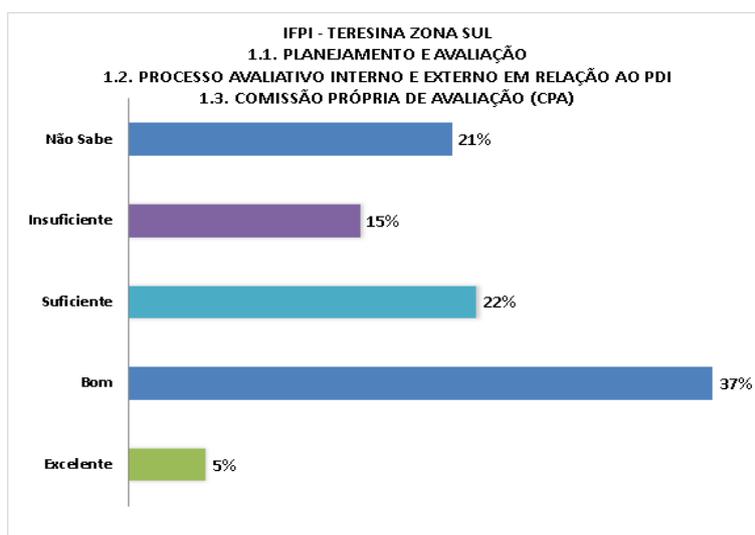


Figura 1- Avaliação do Planejamento e Avaliação Institucional

Análise	22% dos discentes avaliaram que o Planejamento e Avaliação, o Processo avaliativo interno e externo em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é suficiente, 37% afirma que é boa e 5% considera excelente, totalizando 64% de alunos que consideram eficiente o Eixo 1, que se refere ao Planejamento e Avaliação Institucional. Porém, ainda existe uma parcela de 15% que consideram insuficiente e 21% que não souberam responder. Considera-se a parcela de 21% muito alta, por se tratar de informações de extrema importância para a Instituição.
Sugestão	Buscar meios e formas de divulgar o Planejamento e Avaliação Institucional para os discentes; Desenvolver estratégias para diminuir o percentual de alunos que consideraram insuficiente (15%).

5.1.2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

5.1.2.1 Dimensão 2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

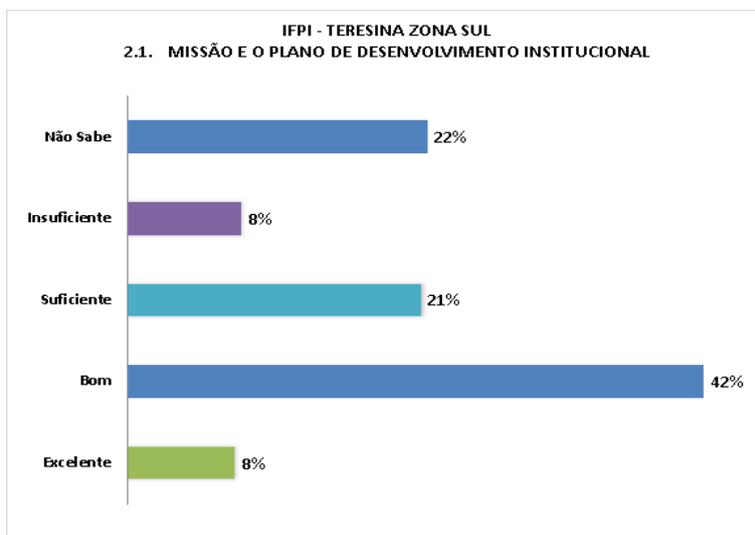


Figura 2 - Avaliação da Missão e Desenvolvimento Institucional

Análise	21% dos discentes afirmaram que a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional é suficiente, 42% consideram boa e 8% avaliaram como excelente, mas observa-se que uma boa parte destes alunos, ou seja, 22% deles, não sabem opinar a respeito. Essa porcentagem aponta ainda um alto índice de alunos que não tem conhecimento sobre a Missão e o PDI da Instituição.
Sugestão	Criar estratégias de apresentação da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional, aos alunos.

5.1.2.2 Dimensão 2.2. Responsabilidade Social da Instituição

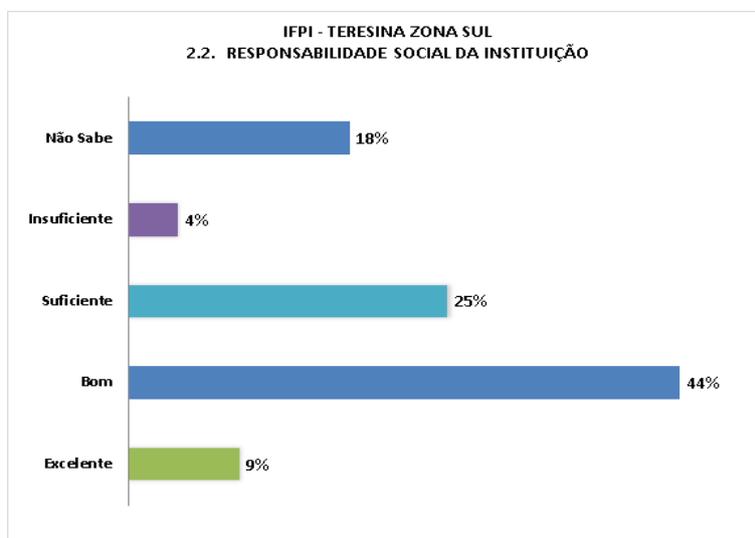


Figura 3 - Avaliação da Responsabilidade Social da Instituição

Análise	78% dos discentes avaliaram de forma positiva a responsabilidade social da Instituição.
Sugestão	Continuar incentivando os discentes da Instituição à responsabilidade social.

5.1.3 EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

5.1.3.1 Dimensão 3.1. Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

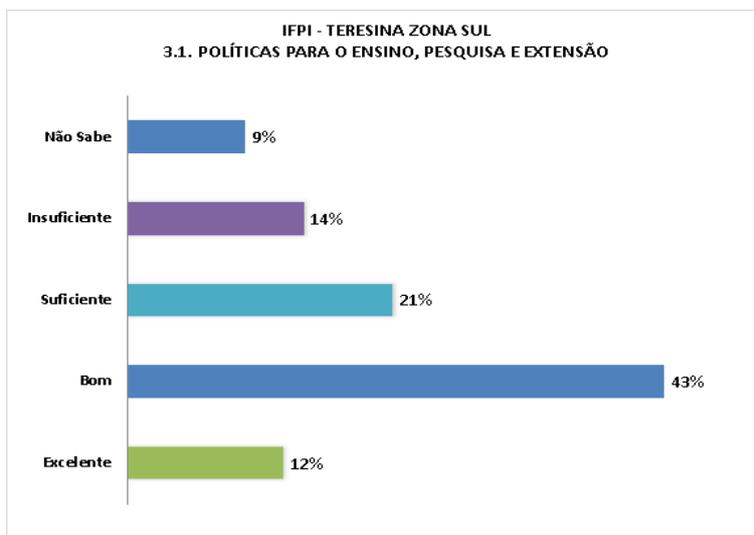


Figura 4 - Avaliação das Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Análise	76% dos discentes avaliaram de forma satisfatória as políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão da Instituição.
Sugestão	Continuar desenvolvendo as políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.1.3.2 Dimensão 3.2. Comunicação com a Sociedade

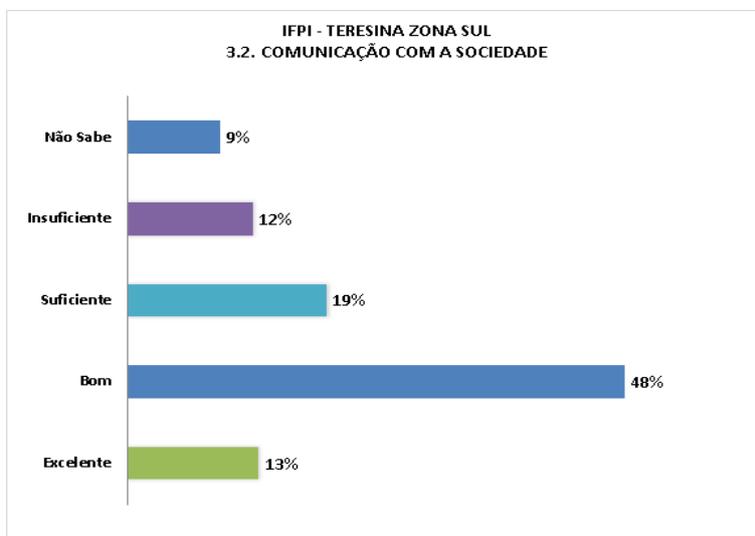


Figura 5 - Avaliação da Comunicação com a Sociedade

Análise	80% dos discentes consideram eficiente a comunicação da Instituição com a Sociedade
Sugestão	Melhorar a comunicação da Instituição com a Sociedade.

5.1.3.3 Dimensão 3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes

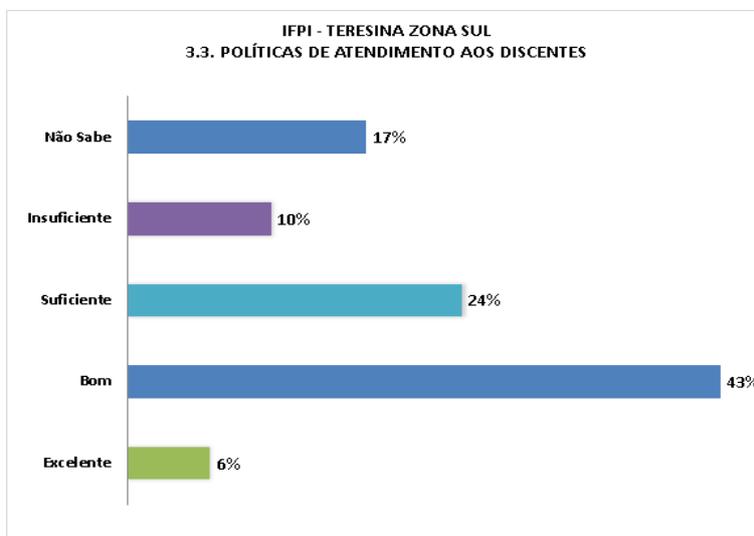


Figura 6 - Avaliação das Políticas de Atendimento aos Discentes

Análise	73% dos discentes avaliaram de forma positiva as Políticas de Atendimento. Além destes, 10% afirmaram ser insuficiente e 17% não souberam responder.
Sugestão	Divulgar e aumentar as políticas de atendimento aos discentes.

5.1.4 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

5.1.4.1 Dimensão 4.2. Organização e Gestão da Instituição:

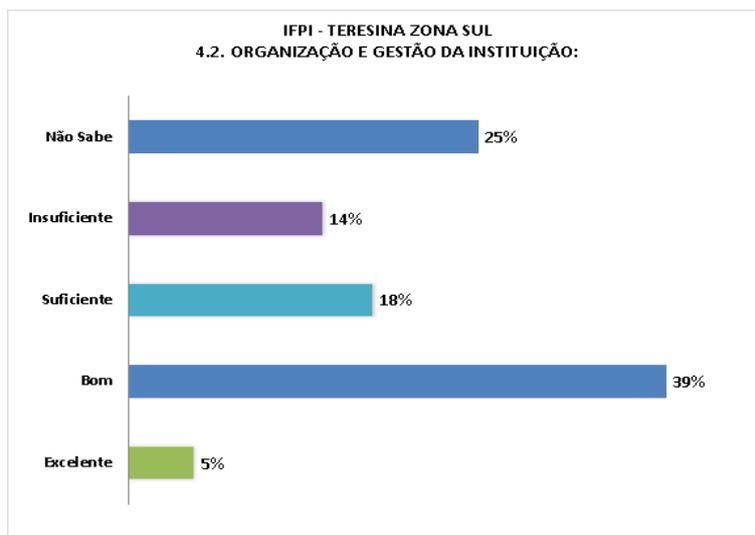


Figura 7 - Avaliação da Organização e Gestão da Instituição

Análise	Dos respondentes, 62% avaliaram de forma positiva a Organização e Gestão da Instituição. Porém, 25% afirmam não saber opinar a respeito e 14% as consideram insuficientes.
Sugestão	Criar estratégias de melhorias no que diz respeito a organização e gestão, de modo a conscientizar os alunos de que eles podem contribuir para a melhoria da Organização e Gestão da Instituição.

5.1.5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

5.1.5.1 Dimensão 5.1 Infraestrutura Física.

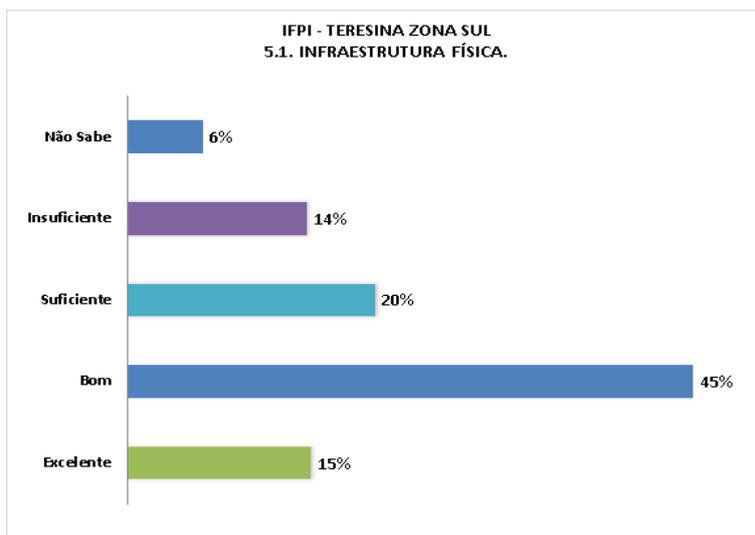


Figura 8 – Avaliação da Infraestrutura Física da Instituição

Análise	A maioria dos discentes, ou seja, 80% consideram adequada a infraestrutura física da Instituição.
Sugestão	Permanecer investindo na infraestrutura física da Instituição.

5.2 ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DOCENTE

5.2.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

5.2.1.1 Dimensões 1.1 Planejamento e Avaliação, 1.2 Processo Avaliativo Interno e Externo em Relação ao PDI e 1.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

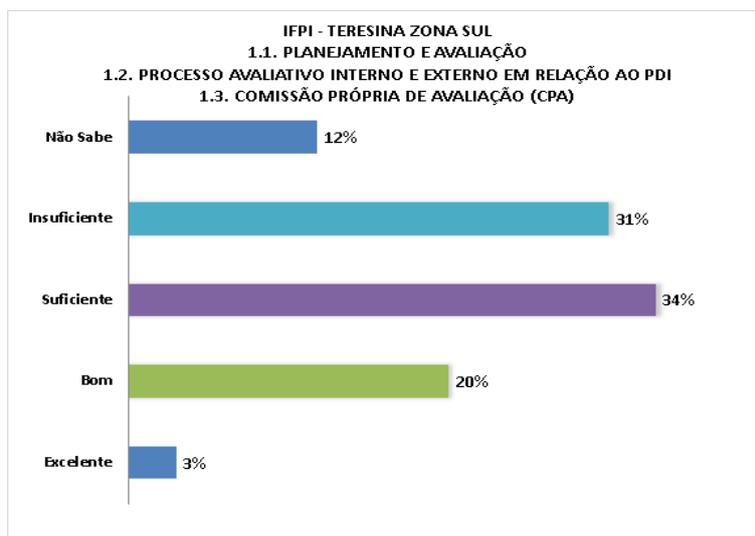


Figura 9 – Avaliação do Planejamento e Avaliação

Análise	34% dos docentes avaliaram que o Planejamento e Avaliação, o Processo avaliativo interno e externo em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é suficiente, 20% afirma que é boa e 3% considera excelente, totalizando 57% de professores que consideram eficiente o Eixo 1, que se refere ao Planejamento e Avaliação Institucional. Porém, ainda existe uma parcela de 31% que consideram insuficiente e 12% que não souberam responder. Considera-se a parcela de 43% muito alta, por se tratar de informações importantes para a Instituição.
Sugestão	Buscar meios e formas de divulgar o Planejamento e Avaliação Institucional para os docentes; Desenvolver estratégias para diminuir o percentual de professores que consideraram insuficiente (31%).

5.2.2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

5.2.2.1 Dimensão 2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

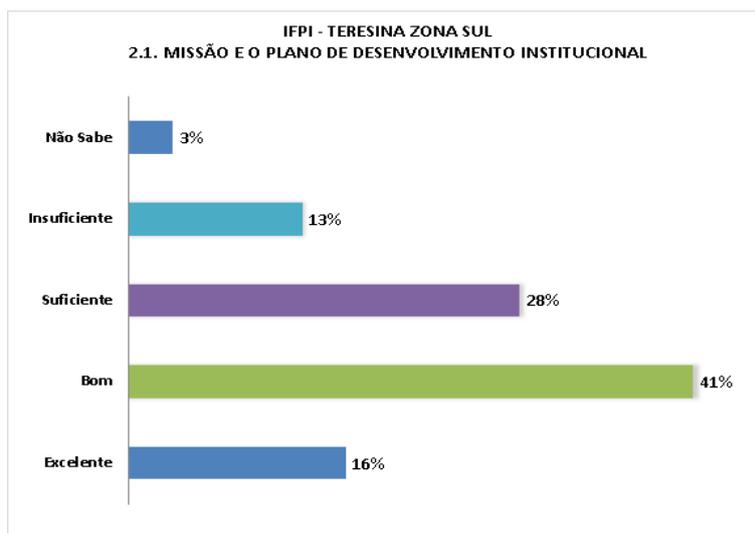


Figura 10 - Avaliação da Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Análise	85% dos docentes afirmaram que a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI são satisfatórios.
Sugestão	Manter as estratégias de apresentação da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional, aos professores, buscando aumentar este percentual.

5.2.2.2 Dimensão 2.2. Responsabilidade Social da Instituição

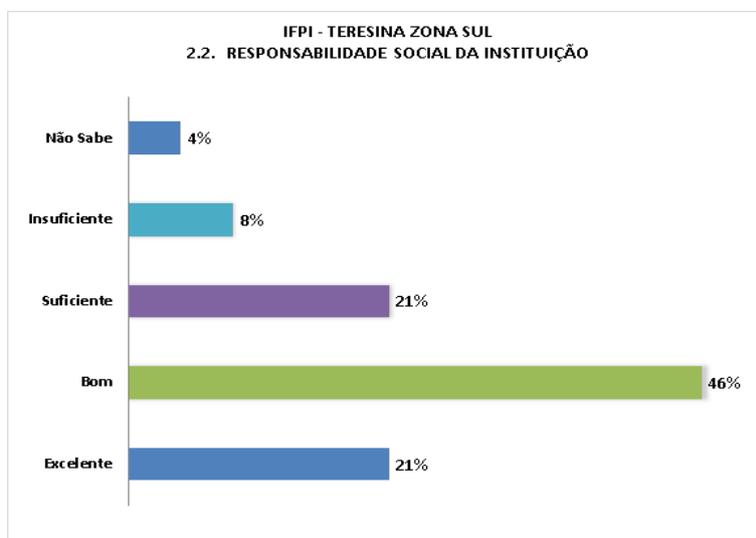


Figura 11 - Avaliação da Responsabilidade Social da Instituição

Análise	88% dos docentes avaliaram positivamente a Responsabilidade Social da Instituição.
Sugestão	Continuar investindo em projetos que promovam a Responsabilidade Social na Instituição.

5.2.3 EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

5.2.3.1 Dimensão 3.1. Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

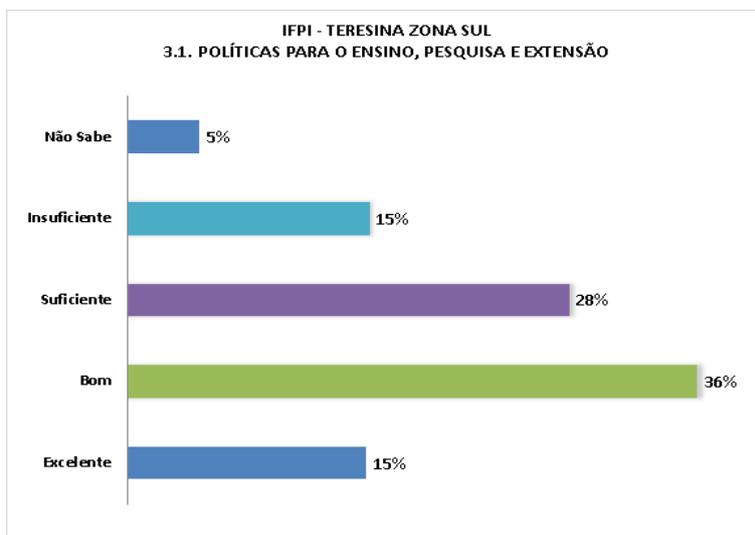


Figura 12 – Avaliação das Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Análise	No que se refere às Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão, 79% dos docentes consideram eficientes. 15% avaliaram que estas políticas são insuficientes.
Sugestão	Continuar desenvolvendo as políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.2.3.2 Dimensão 3.2. Comunicação com a Sociedade

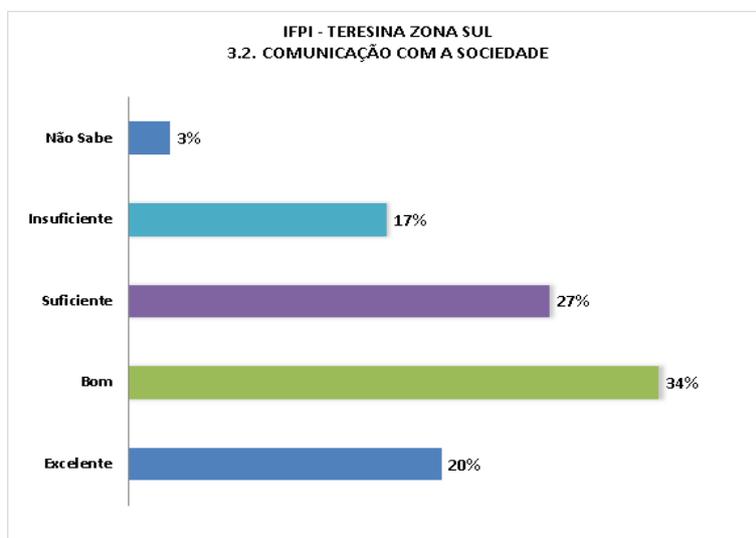


Figura 13 – Avaliação da Comunicação com a Sociedade

Análise	A maioria dos docentes, ou seja, 81% afirmaram que a Comunicação com a Sociedade, pela Instituição, é positiva
Sugestão	Permanecer e/ou melhorar a comunicação da Instituição com a Sociedade.

5.2.3.3 Dimensão 3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes

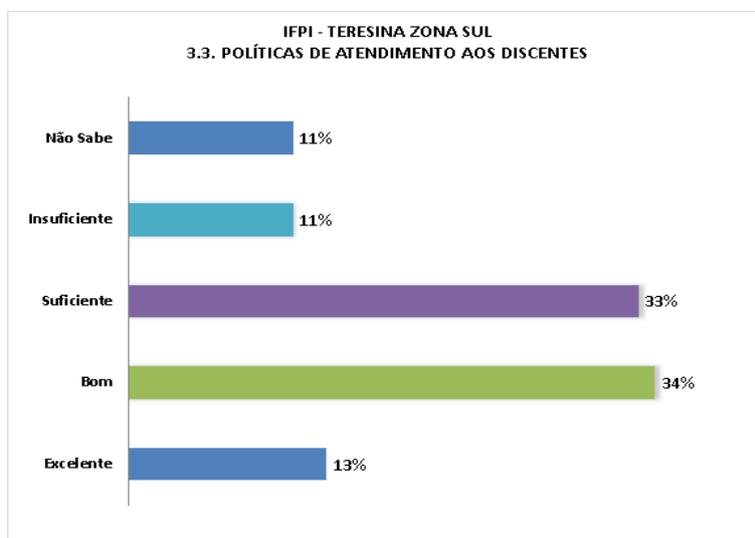


Figura 14 – Avaliação das Políticas de Atendimento aos Discentes

Análise	80% dos docentes avaliaram positivamente as Políticas de Atendimento aos discentes.
Sugestão	Permanecer com as Políticas de Atendimento aos discentes, já existentes e, se possível, implementar ainda mais.

5.2.4 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

5.2.4.1 Dimensão 4.1. Políticas de Pessoal

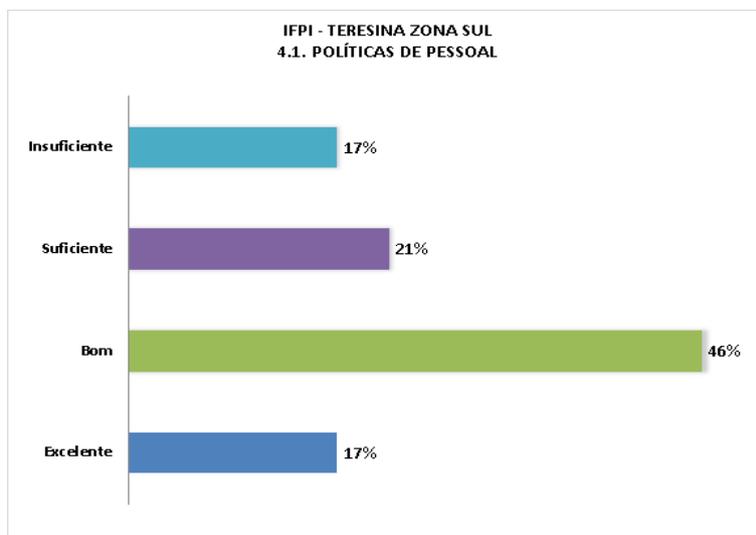


Figura 15 - Avaliação das Políticas de Pessoal

Análise	84% dos docentes avaliaram as Políticas de Pessoal da Instituição como satisfatórias.
Sugestão	Permanecer e/ou melhorar as Políticas de Pessoal da Instituição.

5.2.4.2 Dimensão 4.2. Organização e Gestão da Instituição

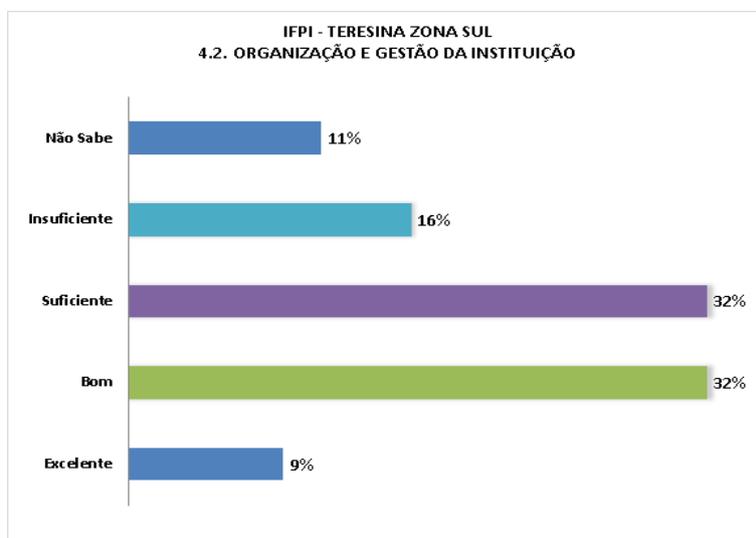


Figura 16 - Avaliação da Organização e Gestão da Instituição

Análise	73% dos docentes consideram suficiente a Organização e Gestão da Instituição.
Sugestão	Criar estratégias de melhorias no que diz respeito a organização e gestão, de modo a conscientizar os docentes de que eles podem contribuir para a melhoria da Organização e Gestão da Instituição.

5.2.5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

5.2.5.1 Dimensão 5.1. Infraestrutura Física.

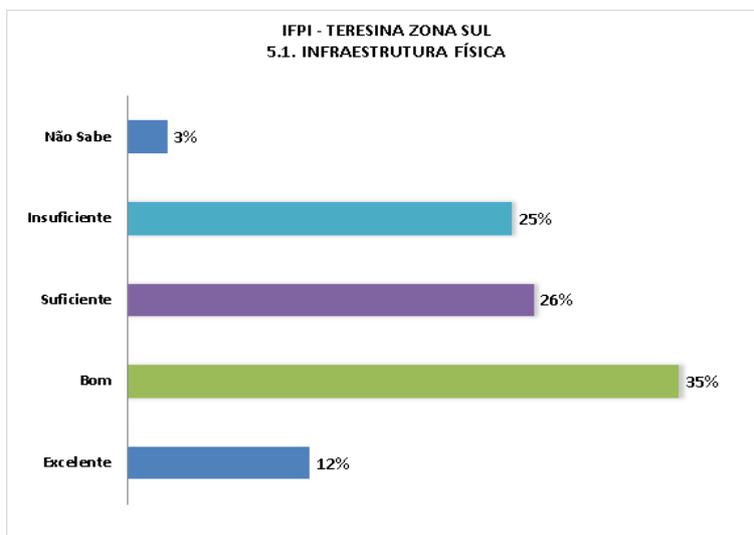


Figura 17 - Avaliação da Infraestrutura Física

Análise	73% dos professores avaliaram de forma satisfatória a Infraestrutura Física da Instituição.
Sugestão	Permanecer investindo na Infraestrutura Física da Instituição.

5.3 ANÁLISE DOS INDICADORES SEGMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

5.3.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

5.3.1.1 Dimensões 1.1 Planejamento e Avaliação, 1.2 Processo Avaliativo Interno e Externo em Relação ao PDI e 1.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

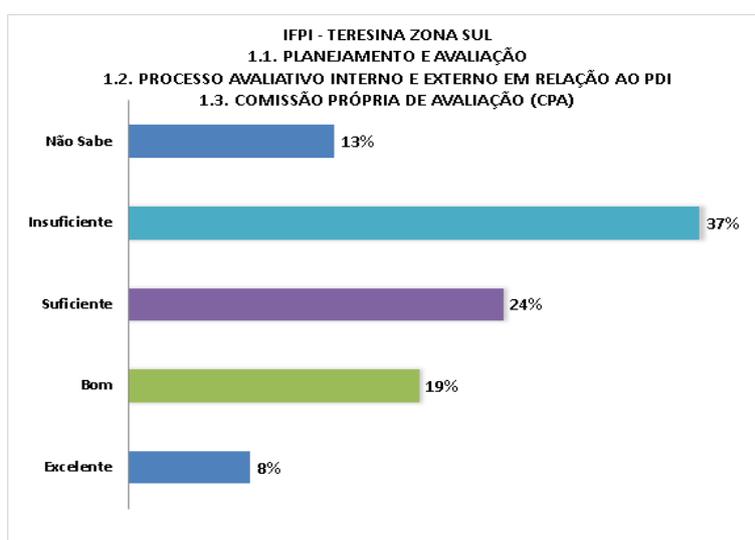


Figura 18 - Avaliação do Planejamento e Avaliação Institucional

Análise	51% dos Técnicos Administrativos avaliaram que o Planejamento e Avaliação, o Processo avaliativo interno e externo em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é satisfatória. Porém, ainda existe uma parcela de 37% que consideram insuficiente e 13% que não souberam responder. Considera-se o somatório dessa parcela, ou seja, 49%, muito alta, por se tratar de informações importantes para a Instituição.
Sugestão	Buscar meios e formas de divulgar o Planejamento e Avaliação Institucional para os discentes; Desenvolver estratégias para diminuir o percentual de alunos que consideraram insuficiente (37%).

5.3.2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

5.3.2.1 Dimensão 2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

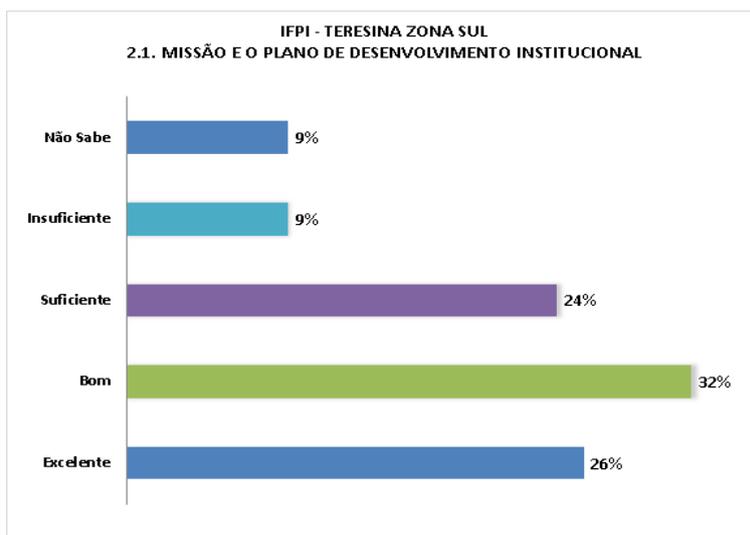


Figura 19 - Avaliação da Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Análise	82% dos Técnicos Administrativos avaliaram que a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional é suficiente.
Sugestão	Manter e/ou criar novas estratégias de apresentação da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional, aos Técnicos Administrativos.

5.3.2.2 Dimensão 2.2. Responsabilidade Social da Instituição

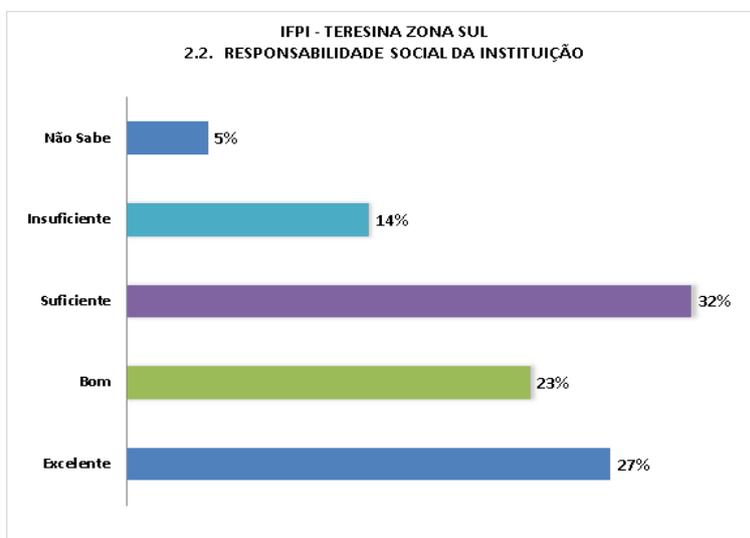


Figura 20 - Avaliação da Responsabilidade Social da Instituição

Análise	82% de Técnicos Administrativos avaliaram como suficiente a Responsabilidade Social da Instituição.
Sugestão	Continuar incentivando os Técnicos Administrativos da Instituição à responsabilidade social.

5.3.3 EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

5.3.3.1 Dimensão 3.1. Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

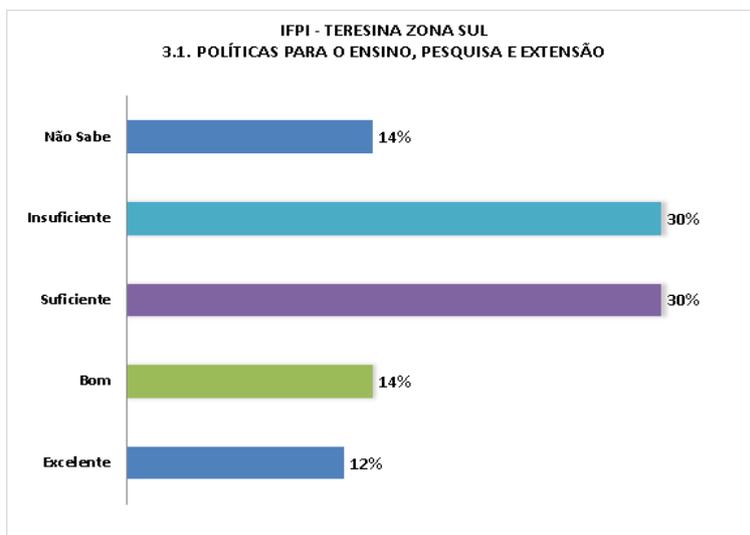


Figura 21 – Avaliação das Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Análise	56% dos servidores que as consideram eficientes as Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão. Porém, 30% avaliaram como insuficiente, o que se considera um número muito alto de servidores que não estão satisfeitos com as Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, ainda possui uma parcela de 14% que não sabe opinar a respeito do assunto.
Sugestão	Analisar e melhorar as políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão, de modo a contemplar docentes e Técnicos Administrativos.

5.3.3.2 Dimensão 3.2. Comunicação com a Sociedade

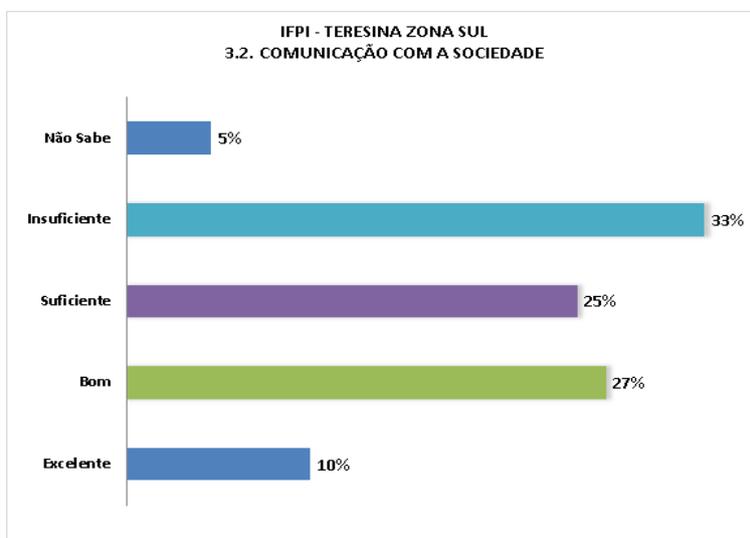


Figura 22 – Avaliação da Comunicação com a Sociedade

Análise	62% dos Técnicos Administrativos consideraram eficiente a comunicação da Instituição com a sociedade. Mas, uma outra parcela de servidores, que totalizam 38%, ineficiente a comunicação do IFPI, o que considera-se um número bastante elevado.
Sugestão	Melhorar a comunicação da Instituição com a Sociedade.

5.3.3.3 Dimensão 3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes

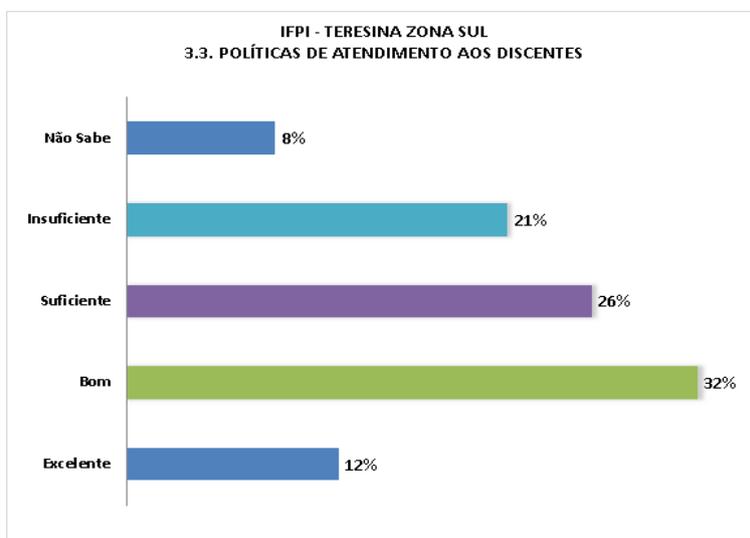


Figura 23 – Avaliação das Políticas de Atendimento aos Discentes

Análise	70% dos Técnicos Administrativos avaliaram como eficientes as Políticas de Atendimento aos Discentes. Além destes, 29% consideraram insatisfatórias essas políticas.
Sugestão	Divulgar e aumentar as políticas de atendimento aos discentes.

5.3.4 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

5.3.4.1 Dimensão 4.1. Políticas de Pessoal

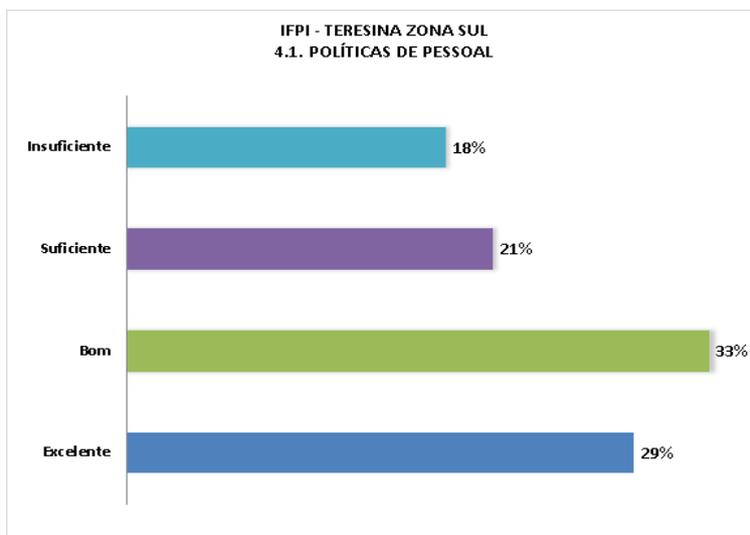


Figura 24 - Avaliação das Políticas de Pessoal

Análise	83% dos Técnicos Administrativos avaliaram de forma positiva as Políticas de Pessoal da Instituição.
Sugestão	Permanecer e/ou melhorar as Políticas de Pessoal da Instituição.

5.3.4.2 Dimensão 4.2. Organização e Gestão da Instituição

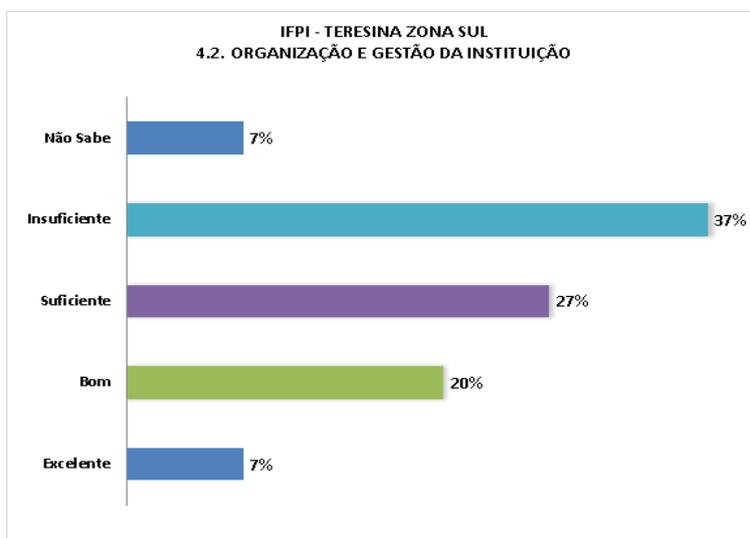


Figura 25 - Avaliação da Organização e Gestão da Instituição

Análise	62% dos Técnicos Administrativos consideram satisfatória a Organização e Gestão da Instituição. Porém, 37% afirmam que esta organização e gestão não é satisfatória e 7% não souberam responder.
Sugestão	Criar estratégias de melhorias no que diz respeito a organização e gestão, de modo a conscientizar os Técnicos Administrativos de que eles podem contribuir para a melhoria da Organização e Gestão da Instituição.

5.3.5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

5.3.5.1 Dimensão 5.1. Infraestrutura Física.

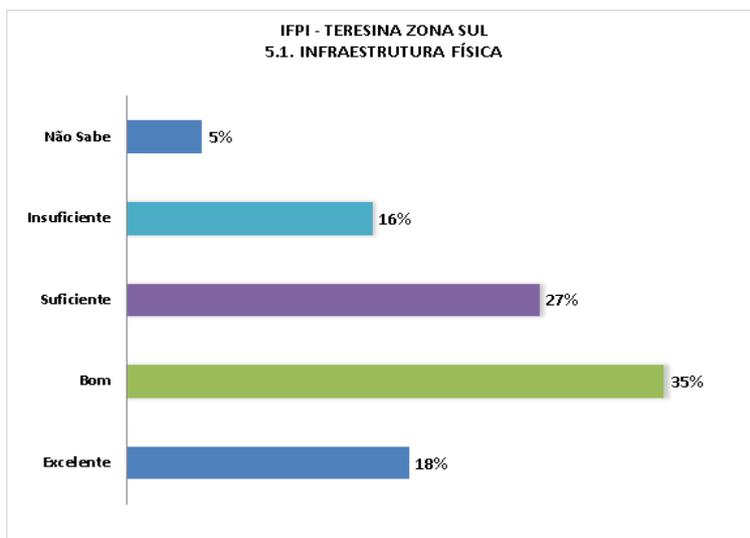


Figura 26 - Avaliação da Infraestrutura Física

Análise	A maioria dos Técnicos Administrativos, ou seja, 80% consideram adequada a infraestrutura física da Instituição.
Sugestão	Permanecer investindo na infraestrutura física da Instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avaliação Institucional não deve ser considerada um fim em si mesmo, mas sim um dos instrumentos capazes de permitir a reflexão da instituição sobre o planejamento na melhoria da qualidade, democratização e transparência nas Instituições.

Este Relatório de Autoavaliação parte da premissa de que as potencialidades e fragilidades aqui apontadas devem ser compreendidas e avaliadas no intuito de se construir no IFPI - Campus Teresina Zona Sul uma dinâmica institucional de avaliação que contemple as especificidades de demanda dos Cursos que o constituem.

Cabe enfatizar que a Avaliação Institucional não pode se resumir à contabilidade e mensuração de indicadores quantitativos, mas sim atribuir significados sobre a organização e gestão institucionais, levando em consideração a trajetória histórica e contextual de cada Campus, sua localização social e as relações que desenvolve para a realização de seus fins.

Finalmente, este Relatório de Autoavaliação não tem a pretensão de apresentar conclusões absolutas. Cabe, aqui, reiterar que esse Relatório se insere no permanente processo de debate, desenvolvimento e amadurecimento institucional, no sentido de oferecer subsídios concernentes ao Planejamento e Evolução do IFPI - campus Teresina Zona Sul. Este é o maior desafio desta Comissão e da comunidade ifipiana.

TERESINA ZONA SUL/PI, 10 de janeiro de 2018